

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS VI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS**

ALÍCIA SOUSA SANTOS BASTOS SILVA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE: *Estação das Chuvas* e *O vendedor de
passados* de José Eduardo Agualusa**

**CAETITÉ
2021**

ALÍCIA SOUSA SANTOS BASTOS SILVA

MEMÓRIA E IDENTIDADE: *Estação das chuvas e O vendedor de passados* de José Eduardo Agualusa

Trabalho apresentado a Universidade do Estado da Bahia como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Zoraide Portela Silva Cunha.

**CAETITÉ
2021**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS VI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALÍCIA SOUSA SANTOS BASTOS SILVA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE: Estação das chuvas e O Vendedor de
passados de José Eduardo Agualusa**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e
Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovado em: 16 de julho de 2021.

Banca Examinadora

Janildes Almeida Chagas Magno

Prof. Dra. Zoraide Portela Silva Cunha-PPPGLS/UNEB
Orientadora

Janildes Almeida Chagas Magno

Prof.Dra. Esmeralda Guimarães Meira- UNEB
Examinadora

Janildes Almeida Chagas Magno

Prof. Mestranda Janildes Almeida Chagas Magno- PPPGLS
Examinadora

Dedico esta pesquisa à minha mãe, meu maior exemplo de força e ternura.

AGRADECIMENTOS

Aprender a não desistir é resistir, é lutar por um sonho que nunca é só meu, é também das pessoas que me ajudaram de algum modo a continuar percorrendo esses passos incessantes em direção não só ao diploma, mas à valorização da pesquisa e da docência.

A Deus, por ser meu guia, meu refúgio e fortaleza. Tudo o que sou ou conquisto é graças a Ti.

À minha família, em especial mãe, pai e avós, que são o meu exemplo de força, coragem e determinação. Todos os momentos difíceis que suportei foram graças ao amor incondicional e o zelo de vocês.

À Analiz, por ser minha confidente e irmã de alma desde os tempos de escola.

Agradeço à Ayla, a minha afilhada, que mesmo tão nova, tornou-se referência de abrigo e conforto para minh'alma em todos os momentos.

À Janiele, minha comadre, fonte de inspiração e resiliência.

À Fabiani, por sempre estar presente e oferecer amparo quando mais preciso.

À Susie, minha companheira fiel, com quem sempre pude contar. Pelas várias mudanças que tivemos e tão longe de casa, compreendi que era sua presença que fazia com que eu me sentisse em um lar.

À Doreli e Margarete, que foram um dos melhores encontros que a UNEB me proporcionou, onde construímos ótimas lembranças e que se estenderam além desse ambiente.

À Dayane, Maísa e Nayra, que se tornaram outra família enquanto estive em Caetité, com quem compartilhei momentos inesquecíveis.

À Tia Nena, que, na verdade, não temos o mesmo sangue, mas que meu coração adotou. O que começou com um copo de café, se tornou um carinho fraternal, que me encorajou com uma esperança tão perseverante.

Aos meus primos, Camila e Diego, por cada palavra amiga e fraterna, que me confortaram ao longo dessa árdua caminhada.

À Eva, Josenir e Vanderleia por serem minhas companheiras dentro e fora da faculdade.

Aos meus alunos do estágio em Maniaçu, com quem vivenciei a prática docente.

À Zoraide, por ser uma orientadora incrível que conduziu o trabalho com paciência e dedicação.

Aos professores Alan Figueiredo, Edmilson Morais, Leila Mussi e Luciete Bastos sempre tão solícitos a ajudar, seja com livros ou propondo discussões que impulsionaram muitos dos diálogos presentes na constituição desse *corpus*.

Ao professor Márcio Deoclides por ter me apresentado ainda no terceiro ano do Ensino Médio, a literatura de países de Língua Portuguesa, em especial o romance *O vendedor de passados*.

A todos que ajudaram direta ou indiretamente nessa pesquisa.

"Se estiver tudo errado, comece novamente. Se estiver tudo certo, continue".
(Fernando Pessoa)

RESUMO

Diante do universo literário relacionado aos aspectos histórico-culturais de Angola, a escolha dos romances *Estação das chuvas* (2010) e *O vendedor de passados* (2018) de José Eduardo Agualusa objetivou analisar a construção identitária e aspectos da memória nos referidos romances. Para tanto, caracterizamos a literatura angolana, contextualizando-a aos aspectos históricos que constituem essa literatura, realçada por elementos da memória. Estabelecemos um estudo voltado à memória e à identidade dos momentos anteriores e posteriores à Independência de Angola, relacionando-os aos fragmentos dos romances trabalhados sob o viés da Literatura Comparada, que possibilita um estudo literário e uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe. Considerando esses aspectos, a literatura de Agualusa busca retratar a realidade mediante elementos fictícios, com o intuito de dinamizar as vozes sociais, constituindo uma importante ferramenta para denunciar os descontentamentos quanto aos aspectos individuais e coletivos no que dizem respeito aos angolanos.

Palavras-chave: Agualusa. Memória. Identidade.

ABSTRACT

In view of the literary universe related to the historical-cultural aspects of Angola, the choice of the novels *Estação das chuvas* (2010) and *O vendedor de passados* (2018) by José Eduardo Agualusa aimed to analyze the identity construction and memory aspects in those novels. To do so, we characterized Angolan literature, contextualizing it to the historical aspects that constitute this literature, highlighted by elements of memory. We establish a study focused on the memory and identity of the moments before and after the Independence of Angola, relating them to the fragments of the novels worked under the bias of Comparative Literature, which enables a literary study and an adequate exploration of its fields of work and the achievement of the objectives it proposes. Considering these aspects, Agualusa's literature seeks to portray reality through fictional elements, with the intention of dynamizing social voices, constituting an important tool to denounce the discontents regarding individual and collective aspects concerning Angolans.

Key-words: Agualusa. Memory. Identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 LITERATURA AGUALUSIANA	12
3 MEMÓRIA – CONSTITUINTE IDENTITÁRIO E CULTURAL	17
4 IDENTIDADE - CORPUS CONSTITUINTE DO RETRATO SOCIAL	22
4.1 ANÁLISE DE ASPECTOS DA MEMÓRIA E IDENTIDADE EM <i>ESTAÇÃO DAS CHUVAS</i>	25
4.2 ANÁLISE DE ASPECTOS DA MEMÓRIA E IDENTIDADE EM <i>O VENDEDOR DE PASSADOS</i>	37
5 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Dentre os literatos que constituem o *corpus* literário angolano da atualidade, cabe destacar José Eduardo Agualusa. Nascido em Huambo, estudou agronomia e silvicultura na Universidade Técnica de Lisboa, além de ter colaborado para o jornal português *Público*. Atualmente, escreve crônicas para a revista portuguesa *LER*, para o jornal brasileiro *O Globo* e para o portal *Rede Angola*.

A escrita de Agualusa compõe-se de personagens instigantes que faz com que os leitores exercitem a alteridade, sendo colocados uns nos lugares do outro. Marcado por uma constituição trídica, a simplicidade, clareza e ritmo ditam o desenvolvimento cultural a partir da literatura.

Imbricado aos elementos históricos angolanos, o autor consegue comunicar-se com os leitores sem que para tal haja conhecimento prévio dos acontecimentos anteriores. No entanto, ele instiga o público a pesquisar sobre a realidade dessa nação, levando sua literariedade a um nível globalizado, possibilitando a inserção e, conseguinte, adesão à construção identitária do país.

A literatura de Agualusa situa e insinua, constrói e desconstrói, de modo que o leitor crie sua própria consciência histórica, visto a intenção de questionar o público acerca das sucessões circunstanciais da sociedade angolana, tendenciando apenas questões voltadas à tradição, sobretudo a oral, sendo uma característica dos antepassados que perpetuaram e perpetuam traços da resistência e cultura popular.

A constante transição do escritor, deslocando-se entre Angola, Portugal e Brasil, converge seu movimento literário em um agente sem fronteiras que busca conscientizar mediante um olhar atento ao passado, assimilando noções que denotaram para o perfil nacionalista angolano, criando *lócus* de fala que apresenta contraposições do desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países africanos.

Diante desse universo literário relacionado aos aspectos histórico-culturais de Angola, selecionamos para análise crítica, os romances *Estação das chuvas* (2010) e *O vendedor de passados* (2018).

As narrativas analisadas, influenciadas pelo caos constituinte da nação angolana, apresentam questões políticas, econômicas e sociais que assolam a violenta guerra civil, já que, segundo Rita Chaves, a literatura não possui apenas finalidades estéticas, mas representa um instrumento de resistência diante do sistema herdado do período pós-colonial (CHAVES, 1999).

A pesquisa justifica-se por meu contato inicial com a Literatura Africana de Língua Portuguesa ainda no Ensino Médio. Também pelos estudos iniciados no projeto de Iniciação Científica no ano de 2018, com recorte voltado ao angolano José Eduardo Agualusa, envolvendo a temática identitária através do resgate da memória de Angola.

Socialmente, essa pesquisa possibilita discussões a respeito das interferências sociais em Angola, que esteve sob o regime ditatorial Salazarista e, posteriormente, dividiu-se em divergências ideológicas resultando em uma Guerra Civil.

A pesquisa legitima-se na academia por instigar investigações históricas e literárias, de modo a contribuir com os estudos de Literatura Comparada mediante a temática das Literaturas de Língua Portuguesa no âmbito universitário, auxiliando, também, como importante material para ser trabalhado em sala de aula, visto que, a partir da lei 10.639/03, tornou-se obrigatório a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a temática “Ensino da história e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Apesar das falhas do sistema, a lei possibilita a valorização cultural das raízes africanas, mostrando assim a miscigenação do povo brasileiro, bem como a tentativa de desconstruir o preconceito racial instaurado e enraizado pelo processo histórico da colonização europeia, tanto em África como nas Américas, em especial no Brasil, último país a abolir a escravidão no continente.

Assim, delineamos o objetivo geral de analisar a construção memorialística e identitária nos romances *Estação das chuvas* e *O vendedor de passados* do angolano José Eduardo Agualusa. E, para tanto, os objetivos específicos buscaram caracterizar a literatura angolana, contextualizá-la nos aspectos históricos, que constituem essa literatura realçada por elementos da memória, nos romances; e compreender a questão identitária que antecede a Independência e o Pós-Independência no *corpus* escolhido.

O presente estudo caracterizou-se como um estudo sob o viés da Literatura Comparada, visto a necessidade de relacionar diferentes obras literárias que, no entanto, apresentam pontos análogos mediante aspectos resultantes do processo de Independência e pós Independência da Angola presentes nas obras de Agualusa.

Sob a perspectiva de Perrone-Moisés, a Literatura Comparada consiste na arte metódica, que busca através de analogias e processos de influência, aproximar os aspectos literários de outros modos expressivos, de modo a descrever,

compreender e apreciar elementos formadores das culturas e tradições (PERRONE-MOISÉS, 1990). Assim, alinhamos ao conceito de Eduardo Coutinho e Tania Franco Carvalho (1994), ao relacionar literaturas que apresentam temáticas e sentimentos em comum.

Portanto, diante da seleção do *corpus* literário, estabelecemos um estudo voltado à memória e à identidade dos momentos anteriores e posteriores à Independência de Angola, relacionando-os a fragmentos dos romances *Estação das chuvas* (2010) e *O vendedor de passados* (2018), trabalhados sob o viés da Literatura Comparada, que possibilita ao estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe.

Para a realização das discussões pretendidas, primeiramente iremos compreender a concepção de literatura com Bakhtin (1990) e Candido (2006); literatura africana de Língua Portuguesa, em especial a angolana, embasada por Chaves (1999, 2004 e 2008), Everdosa (1963), Fonseca e Moreira (2012), Macêdo (2004) e Secco (2011); o conceito de memória sob a ótica de Candau (2012), Dodebei, Farias e Gondar (2016), Halbwachs (2006), Pollak (1989); aspectos históricos diante os pressupostos de Le Goff (1990); e identidade, que tange as pesquisas de Hall (2003 e 2005).

O trabalho de conclusão de curso está organizado em três seções. A primeira corresponde à revisão da literatura, a qual dialoga a respeito da literatura africana de Língua Portuguesa, sobretudo a angolana, que diz respeito ao *corpus*. A segunda e terceira trazem a relação de aspectos da memória nos romances *Estação das chuvas* (2010) e *O vendedor de passados* (2018), com destaque aos fragmentos que evidenciam as acepções da imagem do colonizador que induziram a supressão de culturas de matrizes africanas para além da reconstrução gradativa da sociedade angolana, à medida que estabiliza a efetivação da democracia, ainda intermitente pela constância dos acirramentos políticos entre adversários, dinamizando as vozes sociais e os aspectos identitários.

2 LITERATURA AGUALUSIANA

Segundo Antonio Candido, em seu livro *Literatura e sociedade*, a complexidade da obra inviabiliza a análise de aspectos que não sejam contextualizados, o que torna a historicização de sua trajetória intelectual uma etapa fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa (CANDIDO, 2016). Sendo assim, para entender determinada obra, devemos nos aproximar das diversas formas que regem a produção, a circulação e a apropriação dos textos, considerando como essenciais suas variações segundo os tempos e os lugares.

Segundo Carmen Lucia Tindó Secco, as literaturas africanas de Língua Portuguesa apresentam um panorama recente, datados a partir do século XX sob a perspectiva de descentralização dos padrões colonizadores. Desenvolvidas separadamente diante de contextos sociais e culturais distintos, as produções literárias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, têm sido estudadas nos centros universitários brasileiros conforme aparato da Lei 10.639/2003 (SECCO, 2007).

As literaturas africanas de Língua Portuguesa na década de 60 e 70, do século XX de modo a não serem censuradas pela ideologia totalitária do salazarismo, utilizavam metáforas para tecer críticas sociais. Além disso, cabe destacar a importância do jornalismo literário escrito pela elite crioula, sobretudo na década de 80 do século XIX, como “A Aurora” (surgido em 1855) e “A civilização da África Portuguesa” (editado entre 1866 e 1869). As atividades jornalísticas denunciavam os abusos dos portugueses, bem como promoviam movimentos abolicionistas. Após a independência, os escritores celebraram a vitória, mas logo interrompida pela desestabilização em Angola e Moçambique, marcada pela rivalidade entre os partidos políticos.

Segundo Manuel Ferreira (1989 apud FONSECA; MOREIRA, 2007), há quatro momentos que norteiam a escrita literária africana. No primeiro, há um destaque teórico voltado à alienação cultural, sob forte influência dos padrões europeus, enquanto o segundo discurso manifesta a percepção da realidade, apresentando a influência do meio correlato à construção do sentimento nacional. O terceiro momento reflete a consciência do colonizado no escritor, a fim de desalienar, provocando uma revolta quanto aos aspectos socioculturais. Por fim, o último momento relaciona-se à fase histórica da independência nacional, direcionado à reconstituição do *ethos* africano, através das produções textuais que enfatizam as temáticas da mestiçagem, identificação e orgulho patriótico.

De acordo com Rita Chaves, a literatura dos países africanos de Língua Portuguesa correlaciona aos aspectos antecessores como matriz significativa (CHAVES, 2004). Desse modo, a constante construção cultural africana pretende romper com os traços herdados pelo contubérnio paradigma entre colonos e colonizados compondo um elemento configurativo que diz respeito à reorganização das células sociais que travaram lutas diárias para conquistar a independência.

A sociedade africana, em especial, angolana, passou por transformações sociais em diferentes ritmos e em diferentes intensidades. Desse modo, a produção literária de Agualusa consegue dimensionar parte dessa realidade vivenciada pelos então colonizados, em cujas obras escrevem materiais textuais repletos de elementos significativos, retratando, através de personagens, indivíduos em um processo de construção identitária nacional.

Sob a perspectiva da Literatura Angolana, Rita Chaves, em “O passado presente na Literatura Africana”, pontua que os escritores angolanos não conseguem se desvencilhar dos eventos passados, sempre tendenciados a lembrá-los e valorizá-los (CHAVES, 2004). Diante desses aspectos de memória, é iniludível observar e destacar o repúdio aos termos “descoberta”, competindo ao ato de depuração para com os que ali já habitavam. Portanto, ao constituir o processo de recuperação de momentos da sociedade colonial, há uma busca incessante pelo que é próprio de Angola.

Mediante a desterritorialização promovida pelos colonos, o processo literário marcou-se pela ideia de libertação, que visou o resgate do passado distante, como forma diferente de identidade, confrontando a existência anterior de uma sociedade que foi sendo desintegrada e corrompida pelos preceitos expansionistas dos portugueses.

A literatura, além de instrumento de afirmação da nacionalidade, apresenta-se como um expoente histórico e geográfico de versões contadas ou não acerca da realidade vivenciada pelo período colonial e os eventos sucessores a ele. Mediante a convocação de novos escritores, observa-se a tentativa de resgate ao passado, compreensão do presente e constante construção do futuro, com o intuito de garantir que os heróis históricos e civis não fossem apagados da memória do país.

A Literatura Angolana apresenta fortes influências tradicionais através de histórias narradas por gerações. Segundo Everdosa (1963), há quatro grupos literários produzidas em Angola, todos nascidos na capital Luanda. Assim em 1880,

notamos a imprensa africana, depois em 1896, a relação existente do jornalismo literato, enquanto os dois últimos, iniciado em 1950 e por fim, outro em 1957.

Os dois primeiros grupos literários angolanos compostos por intelectuais negros e mestiços formados autodidaticamente através de textos escritos em quimbundo e em português, abordando temáticas identitárias, dentre elas “filhos do País”. Enquanto, os últimos caracterizam-se pela presença de elementos pertencentes aos brancos nascidos ou naturalizados em Angola.

Conforme estudos de Tânia Macêdo em seu texto “Luanda: literatura, história e identidade de Angola”, a literatura angolana produz discursos que ressignificam a representação nacional do país, tratando os *musseques*¹ como símbolo de resistência (MACÊDO, 2004). Destarte, o processo de independência instigou o projeto nacionalista a partir de organizações políticas, tendo em vista que os literatos estavam engajados aos movimentos jornalísticos e à exaustiva jornada de libertação.

A partir da literatura, foram registradas denúncias veladas ao regime colonial e as consequências, sobretudo à construção identitária, já que os nascidos no berço angolano viram suas culturas serem silenciadas, bem como os nascidos pós-colonização não puderam ser considerados propriamente nativos devido à miscigenação portuguesa, levantando assim a questão de pertencimento.

Em *Estação das chuvas* (2010), o romance apresenta as ideias revolucionárias dos personagens, ao mesmo tempo em que imbrica a realidade vivida mesclada ao que foi construído por Agualusa, o que pode nos fazer sentir que a obra seja um documento, devido às referências constantes à própria história do país.

A personagem Lídia é uma representação da luta em Angola, que migra para outros países, mas sem querer perder-se. Ela sonha com construção da sua nação, para que se torne independente não só politicamente, mas identitariamente, que seja uma Angola não de Portugal, mas uma Angola sem conflitos de identidade, sem guerras civis; que seja apenas a Angola.

O vendedor de passados (2018) apresenta aspectos sociais e históricos ao construir em sua metaliteratura uma ficção que se mistura à realidade do país, através da tentativa de apagar o passado herdado da colonização portuguesa,

¹Bairros suburbanos de Luanda ocupados por população com menos recursos.

silenciando elementos de caráter político, para então expor apenas a glória. Além disso, leva os leitores a refletir e instigar críticas acerca da memória, assim como a necessidade da verdade, não só na literatura, mas como uma questão de identidade.

Esse romance de José Eduardo Agualusa pode ser lido como produto da sociedade pós-moderna, já que apresenta sujeitos portadores da individualidade, que resultam do sincretismo cultural, originando identidades híbridas.

O passado descrito no romance não é recontado como um elemento nostálgico, mas reconstruído a partir do que poderia ter acontecido, visto que há uma história basilar, a de Angola, sendo descrita através de fatos, mas sob o intuito de compor a ficção no romance. Além disso, apresenta-se a identidade como algo em permanente construção, sendo até recomendado a substituição do termo por “identificação”, ressaltando destarte a importância que a sociedade promove para construção identitária da nação, assim como esta molda o indivíduo inserido.

3 MEMÓRIA – CONSTITUINTE IDENTITÁRIO E CULTURAL

Conforme afirmações de Maurice Halbwachs em seu livro *Memória Coletiva*, a História, ao utilizar a memória como objeto de estudo, não apropria de reprodução de narrativas produzidas pelo homem, mas busca adaptar o pensamento de ontem ao hoje. Portanto, o que ocorre consiste na construção e transmissão da memória social (HALBWACHS, 2006).

Ainda segundo Halbwachs (2006), o campo memorável seleciona elementos que são memorizáveis e outros não, desencadeando a ideia de hierarquização. Diante disso, há destaque de acontecimentos, bem como referências memoriais, registrando a partir de restrições, arquivos ou tradições que interessam à classe majoritária. Portanto, o mais significativo será lembrado como uma referência temporal.

É necessário considerar a influência da origem da memória, que diverge quanto a transmissão e autenticidade do que é compartilhado desde a gênese, visto que refletirá na representação da identidade relacionada à etnicidade. Ademais, o ponto primordial não é peremptório para determinar as formas identitárias, sendo necessário um eixo temporal, o acontecimento.

Em consonância aos estudos de Jô Gondar em “Memória individual, memória coletiva e memória social”, há quatro perspectivas da memória social, entre elas, a transdisciplinaridade que se refere à interdisciplinaridade dialogada sem lhe conferir valor negativo às diferenças dessa multidisciplinaridade (GONDAR, 2005). Ademais, defende-se a classe dominante e hegemônica, desconsiderando, inclusive, o caráter ético.

Além dessas particularidades citadas acima sobre a memória, cabe salientar que o termo não deve ser reduzido à representação de passado ou legado, mas pontuá-la como uma esfera social, que se constrói e se desconstrói em instâncias constantes de fragmentações e invenções.

Segundo Joel Candau em *Memória e identidade*, os membros sociais utilizam de características que são dominantes, implicando assim a noção de memória coletiva, visto a reprodução de modos semelhantes em determinado grupo, designando, portanto, um compartilhamento de lembranças, bem como a valorização de patrimônios relacionados ao identitário locatário (CANDAU, 2012).

A partir dos estudos de Maurice Halbwachs, compreende-se que a memória individual relaciona-se à coletiva através da composição pessoal por intermédio dos laços familiares, que extrapolam a consanguinidade que inferem na ritualização do passado, de modo a compreender o diálogo existente, os saberes compartilhados e a interiorização das experiências como elemento configurativo para o processo de identidade do indivíduo e, posteriormente, social (HALBWACHS, 2006).

O convívio social imbrica fatos que possibilitam a construção identitária, entrelaçando assim dois termos necessários para a compreensão histórica de uma nação, como será visto a exemplo de Angola a partir das representações agualusianas.

Conforme posicionamento halbwachiano:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós, porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p.23).

Assim, a memória é uma relação do indivíduo com o meio; passamos a existir quando nos consideramos sociais, mas essa noção ainda se mantém insuficiente para explicar toda e qualquer lembrança. Portanto, não é a memória coletiva que é imposta ao indivíduo, na verdade, esse que constrói a própria e, por conseguinte, estabelece relações às sociais. Desse modo, a partir da memorialidade, temos um constituinte identitário, onde as lembranças que eclodem em experiências contribuem incisivamente para quem nos tornamos.

Conforme estudos de Michael Pollak em *Memória, esquecimento, silêncio*, a história oral apresentou papel fundamental quanto a tangente da memória, visto a consideração pela cultura praticada pela minoria (POLLAK, 1989). Desse modo, é possível observar as tradições dos marginalizados como constituintes da memória subterrânea, opondo à memória oficial, configurada como nacional. Ademais, o silêncio imposto pretende atenuar lembranças traumatizantes, sendo assim alimentadas por razões políticas, que visam promover o esquecimento para as futuras gerações.

Apesar da tentativa de silenciar, a memória surge também com o intuito de denunciar grupos ou entidades responsáveis por desordens sociais. Através da linguagem, as lembranças intervêm em relações de poder, a fim de disseminar em

discursos, o eixo entre o dito e o não dito. Dessa forma, ela alude constantemente às referências do passado, na tentativa de manter sentimentos de pertencimento das fronteiras sociais, que diferem quanto aos aspectos ideológicos, mas que se complementam perante a sociedade.

Inimigo da memória, o esquecimento não indica somente fragilidade da mente, mas também *locus* de censura, que transformam o silenciamento em uma necessidade para os grupos que desejam viver socialmente. Ele apresenta-se ambivalente, ao mostrar-se como fundamental para a construção constante identitária, além de ser considerada uma perda da identidade, já que é visível um enfraquecimento cultural de um povo. Desse modo, Pollak alerta a seletividade das memórias, visto a necessidade afetiva como um elo para o processo de rememoração, como uma etapa para tornar-se representativa (POLLAK, 1989).

A perda de memória entrecruza a perda de identidade. Por conseguinte, um sujeito sem reminiscência é um vazio que vive apenas o presente, além de não possuir noções conceituais e cognitivas, levando à inexistência identitária, visto que a lembrança é necessária para a existência de si.

As memórias coletivas estão intrínsecas à organização social, à medida que pontos históricos ou datas comemorativas existem para solidificar determinados períodos que necessitem sobreviver para constituir como símbolos de resistência. Destarte, podem ser considerados elementos culturais, religiosos e literários.

A memória, um fenômeno construído socialmente, relaciona-se intrinsecamente ao sentimento identitário, visto a representação da imagem de si e do grupo a que pertence. Diante do campo psicológico, podemos pontuar que esse processo é produzido a partir da convivência com os outros, mediante aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade.

O ser humano pode construir a sua identidade e alterá-la conforme as características do nicho social ao qual pertence. A partir do “vazio de memória”, observamos que essa conotação implica a organização do passado em detrimento dos acontecimentos no presente e nas consequências que serão acarretadas posteriormente, isto posto a interiorização de condutas mediante a consciência sobreposta. Por isso, a composição de um indivíduo, no tocante da personalidade advém da memória, sendo a partir desta, que emerge a consciência de si, suscitando a compreensão contínua bem como conferindo a significação do mundo.

É iniludível atestar que os seres humanos não conseguem o caráter atomizado, pois não criam identidades e nem traçam objetivos independentemente uns dos outros. Destarte, é construído um preceito para determinar memória, esquecimento, silêncio a existência de uma sociedade, a capacidade de comunicação a fim de tornar comum, o compartilhamento significativo de representações e crenças, que competem para o convívio cordial e democrático.

Movidas pela necessidade de construir um futuro glorioso, as sociedades refazem o passado, visto a modelagem social, a qual grupos dominantes elencam acontecimentos que devem ser ou não lembrados, podendo ser induzido ao esquecimento.

Segundo Halbwachs, a memória necessita de um grupo como suporte, caso contrário, ela pode se desparzir e provavelmente desaparecerá, visto que alguns indivíduos não conseguirão sustentar essas informações pelas próximas gerações (HALBWACHS, 2006).

É irrefutável atestar que à medida que ocorre a destruição e desaparecimento de memórias, estas podem ser criadas, fundamentando novas identidades. Desse modo, a constante reformulação da sociedade não permite a imobilidade absoluta, provocando mudanças sociais, que possibilitam reconhecer as diferenças do ontem ao hoje e amanhã.

Condizente aos saberes difundidos pelo historiador Jacques Le Goff, a memória configura-se como um elemento formador para constituição identitária através de elementos individuais e grupais (LE GOFF, 1990). Desse modo, cabe salientar a importância desse enlace entre o passado e futuro manifesta-se como manipulação de poderes.

A literatura representa relações sociais capazes de provocar questionamentos nos leitores, tal como instigar uma mudança em quem o lê. Destarte, o processo literário propaga valores presentes em uma sociedade, tais como: costumes, credos e preconceitos, no mundo real, descortina também, fragilidades, aponta vícios e desmascara fraudes.

Segundo Bakhtin (1990), a literatura reflete enunciados históricos e sociais, o que torna a linguagem literária mais profunda e verossimilhante. Desse modo, traça um retrato próximo à realidade da sociedade com acréscimo de elementos fictícios. Portanto, a literatura não tem o poder de modificar a realidade, mas pode registrá-la e de provocar reflexões e inquietações através de construções simbólicas.

O desenvolvimento literário angolano intensificou diante das lutas pró-independentistas sob o anseio de construção identitária tanto do escritor quanto da nação. Desse modo, o signo representa um importante instrumento para a escrita da efemeridade e da preservação daquilo que significa inúmeros modos para diferentes sociedades que comungam do mesmo espaço.

O contexto sócio-histórico angolano estimulou escritas difusas quanto à opressão colonizadora que prolongou com os horrores da Guerra Civil, sendo expressas mediante personagens que confundiam os leitores por misturar ficção com realidade, a exemplo de *Estação das Chuvas* (2010) e *O vendedor de passados* (2018) de José Eduardo Agualusa, através de um arcabouço histórico fundamentado por estudos e entrevistas com célebres figuras para a constituição literária de seus romances.

Diante da recente autonomia, tendo em vista a colonização e repressão portuguesa no território africano, é necessário a conscientização dos angolanos para história do próprio país, já que não é atribuído a consideração necessária para os aspectos históricos, que dizem muito a respeito das tradições e elementos culturais de Angola.

Perpassado o percurso histórico colonial até a atualidade, observamos a literatura dos países africanos vinculada estritamente aos eventos históricos, construindo-se conforme a memória dos antepassados. As produções literárias, ao abordarem pautas afirmativas, tentam deslegitimar os costumes herdados do colonizador. Desse modo, as obras alertam para a necessidade de resgate cultural e social nativa, sob a atuação de mecanismos regidos por aparatos arqueológicos memorialísticos para constituir uma sociedade menos ideológica aos preceitos europeus.

A partir do século XXI, as produções literárias africanas de língua portuguesa conseguiram maior notoriedade na academia. Dentre elas, cabe destacar os diálogos e roteiros literários entre o Brasil e o Continente Africano, com a promulgação da lei 10.639/03, a qual propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Esse roteiro sai da condição de possibilidade para se tornar obrigatoriedade. Assim, emergem um panorama político e um pano de fundo linguístico, resultantes dos processos internos das lutas de libertação nacional, que se instauraram nos países africanos, principalmente na segunda metade do século XX.

4 IDENTIDADE - CORPUS CONSTITUINTE DO RETRATO SOCIAL

Historicamente, o termo identidade apresenta-se como elemento filosófico, visto a premissa de propor diferença aos demais indivíduos, pregando uma particularidade própria do sujeito. Desse modo, produz-se significados à medida que é significativa para o convívio ao qual pertence, constituindo-se de perspectivas que se constroem e desconstroem a partir do entrecruzamento de múltiplas singularidades individuais que se contextualizam socialmente.

Segundo Hall em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, as identidades símbolos de estabilidade do mundo social estão em declínio, promovendo o surgimento de novas identidades, ressignificando o sujeito moderno, rompendo com o paradigma de unidade (HALL, 2005). Essa ruptura apresenta-se como uma desestruturação de processos centralizados, viabilizando interferências externas, possibilitando dinamismos sociais.

Apesar da instabilidade identitária, não podemos negar a existência do “eu real”. No entanto, ele passa a sofrer alterações conforme os diálogos constantes, já que há, sociologicamente, a interação entre o “interior” e o “exterior”, ou seja, o pessoal e o público. Desse modo, o indivíduo assume atuações diversas de acordo às situações que regem sua realidade.

A construção identitária africana interliga-se ao passado colonizado por Portugal, desse modo, uma parte constituinte europeia sob a justificativa de civilizar os povos bárbaros. A partir do processo independentista de Angola, o sonho de liberdade intensificou a busca pela legitimação e reconhecimento do que era próprio da nação antes de invasões estrangeiras.

No século XX, os acontecimentos referentes à África intensificaram a propagação de signos identitários que designaram termos arraigados de preconceito, decorrentes de elementos da etnicidade, cultura e raça das nações africanas. O olhar eurocêntrico construiu identidades aos países colonizados por Portugal, sendo este considerado um detentor cultural mundial. E mesmo após o processo de independência, essa ideia não foi desfeita, já que os países enfrentam conflitos identitários internos, fragmentando assim a própria nação. É imprescindível desmistificar a idealização da “África inventada”, já que essa foi cristalizada por um discurso do colonizador, que ainda incute no imaginário populacional. Alimentada mediante a ideologia branca, há uma ilustração de eventos históricos pontuados sob

uma perspectiva civilizatória, que rompeu com elementos culturais dos nativos e promoveu assimilações, constituindo posteriormente polarizações amplamente discutidas no processo de construção identitária angolana.

Os próprios movimentos sociais em prol da independência apresentaram influências estrangeiras, no que diz respeito à Guerra Fria, já que existia um antagonismo entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Indiretamente, a cartografia social angolana foi reconfigurada conforme as fronteiridades ideológicas estabelecidas.

Os tons identitários adquiriram novos desdobramentos mesmo com a tão sonhada conquista independentista, visto a fragmentação de uma unidade nacional que, apesar de livre, ainda apresentava amarras do colonizador decorrentes de imposições e da coexistência entre brancos e negros. Essa sociedade composta por diferenças separatistas que marcam fronteiras entre colonizador e colonizado, é afinal resultado de projeções opressoras sob discurso hegemônico. No entanto, o sujeito fronteiriço tenta buscar uma identidade dentre várias, para transvertê-la e difundir para as gerações futuras.

Diante das lacunas voltadas à identidade nacional, a literatura surge como a evocação patriótica para contribuir para o resgate das raízes antecedendo qualquer interferência, que possa ter gerado processo de aculturação. Conforme estudos de Tânia Macêdo em “Luanda: Literatura, história e identidade de Angola”, a literatura angolana produz discursos que ressignificam a representação nacional do país, tratando os musseques como símbolo de resistência (MACÊDO, 2004). Desse modo, o processo de independência instigou o projeto nacionalista a partir de organizações políticas, tendo em vista, que os literatos estavam engajados aos movimentos jornalísticos e à exaustiva jornada de libertação.

O desenvolvimento do colonialismo português impôs preceitos a serem seguidos pelos angolanos, mediante tradições humanista e cristãs. Porém, a resistência cultural intensifica através do jornalismo na metade do século XIX, que denunciavam as mazelas da sociedade bem como o obscurantismo político lusitano.

A partir do nacionalismo, a identidade angolana buscou a existência de elementos afirmativos dos valores e interesses coletivos. No entanto, o movimento enfraqueceu em decorrência do silenciamento pela imbricação de aspectos colonizantes, a exemplo da alteração da terminologia oficial das colônias para Províncias de Ultramar, em 1930, suscitando um espírito movido pela dupla

realidade, criando condições para enraizamentos do colonizador relacionados aos valores angolanos, que reduzia o africano ao papel de submissão, condicionando-o em instrumento de valores europeus. Destarte, a interação implicou em exclusão de culturas, atribuindo negativamente para o silenciamento do colonizado que teve de negar expressões próprias do seu povo.

A premissa dos jovens intelectuais angolanos instigou uma resistência munida de palavras, que propunham a “real descoberta de Angola”, de modo a preencher lacunas culturais angolanas consideradas inferiores e ignoradas pela elite, já que a perspectiva de crescimento social e as melhorias financeiras consistiam em abandonar a própria cultura para tornar-se adepto ao pregado pelo colonizador. A exemplo, temos a língua portuguesa, que se adaptou à localidade, corroborando em mudanças gráficas e fonéticas à medida que perdia consoantes, perdia vogais.

O processo independentista não obteve total êxito em 1975, o que desencadeou inúmeros conflitos sanguinários, redefinindo os territórios através de mapeamentos mediante conquistas bélicas, estabelecendo novos panoramas identitários, visto a coletivização de indivíduos pertencentes às etnias distintas. Essa miscelânea cultural continuou, visto que o país se fragmentava aos interesses de três movimentos políticos, que dividiram Angola.

Perante os estudos de Stuart Hall em seu livro *Da diáspora - identidades e mediações culturais*, torna-se impossível um indivíduo transitando pela posteriorização da era colonial não possuir múltiplas identidades, já que a constituição de grupos divergentes consiste em um retrato fronteiro ideológico (HALL, 2003). Desse modo, o sujeito está a todo instante, buscando uma homogeneização cultural, que se desloca entre relações de tempo e espaço.

A sociedade angolana antes mesmo de ter adquirido *status* colonial não era homogênea, na verdade, nem uma nação pode caracterizar-se como única em ideais e costumes. E, à medida que o processo colonial se efetivou, culturas conviveram-se, atrelaram-se em alguns aspectos, mas acentuou um sentimento de busca pelo pertencimento, que não era contemplado por nenhum desses povos, o que engendrou questionamentos pertinentes quanto à noção de vínculos.

O termo “angolanidade” foi um neologismo empregado pelos nacionalistas para representar o movimento de negritude como um elemento fundamental para o diálogo intercontinental, no intuito de descrever a Angola como um povo culturalmente próprio além de assimilado a outras histórias. Além dessa expressão

possibilitar discussões referentes à mestiçagem de tradições, debatendo questões postuladas a partir da inexistência de uma raça pura.

O discurso literário está intrinsecamente relacionado aos aspectos culturais e políticos, estabelecendo uma escrita dialógica, que busca instigar questionamentos a respeito do modo de viver no tocante ao percurso histórico. Sendo a atividade literária simultânea aos eventos ocorridos na sociedade, a identidade imbrica-se a esse discurso, mobilizando seu lugar perante a constituição do indivíduo e este enquanto ser social. Ao assumir um caráter afirmativo, os elementos identitários exigem um processo reivindicativo, sobretudo ao ser sistematizado por sistemas coloniais e ditatórios.

A angolanidade literária consiste em um enraizamento cultural que não se condiciona aos particularismos étnicos, sendo uma enunciação à procura da autenticidade, da linguagem própria dos ancestrais. Partindo desse pressuposto, os contornos literários são construídos a partir de pesquisas historiográficas através de revisitações dos ancestrais. Deste modo, o *corpus* romanesco consiste em um documento social, constituído mediante a fruição da temática identitária. Assim, a literatura configura-se como um instrumento para o registro dos sentimentos inquietantes dos angolanos decorrentes da mestiçagem suscitando o espaço-tempo do antes e o depois.

Diante desse recurso riquíssimo, os escritores podem abordar questões identitárias através de textos poéticos ou prosaicos, a exemplo do *corpus* escolhido do arcabouço literário de José Eduardo Agualusa, que dialoga com o sentimento de pertencimento anterior ao processo efetivo da Independência, que perpassa os momentos sombrios da Guerra Civil e atemporiza-se à atualidade.

4.1 ANÁLISE DE ASPECTOS DA MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *ESTAÇÃO DAS CHUVAS*

O romance *Estação das chuvas* (2010), escrito por José Eduardo Agualusa narra elementos históricos do processo de independência de Angola, bem como os primeiros desenrolares da Guerra Civil (1975-2002) através da personagem Lídia do Carmo Ferreira. A trajetória da historiadora, poetisa, fundadora do MPLA é descrita a partir de lembranças revividas em uma entrevista dela com o narrador-

personagem, que intercala questões de tempo e espaço, revisitando constantemente o passado da protagonista até o desaparecimento misterioso dela.

Ao ler os romances agualusianos, em especial o do *corpus*, a memória é um elemento constante, questionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Desse modo, a personagem Lídia existe como um símbolo representacional a respeito dos poetas desaparecidos, assim como dos esquecidos e censurados por um regime político extremista.

A construção minuciosa da personagem consolida uma ideia de verossimilhança, conferindo à heroína contornos biográficos constituídos a partir de cartas, depoimentos, entrevistas empossadas pela sobrinha Paulete. Assim, a missão do narrador, esse jornalista, consiste em elencar os pontos cruciais da vida de Lídia, percorrendo acerca do processo histórico do próprio país.

A construção do romance com aspectos da memória e a ambivalência do espaço ficcional, atrelada aos empréstimos de elementos do mundo real, conferem uma ambiguidade narrativa à literatura de Agualusa, a exemplo da presença de Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Amável Fernandes, Ana Major, Ana Mafalda Leite, Ana Paula Tavares, Antonio Ennes Ferreira, Elke Schmid, Francisca Van Dunem, Vicente Pinto de Andrade, João Van Dunen, Jorge Silva, José Gonçalves, Nelson Pestana, Orlando Sérgio, Rui Ramos, Luandino Vieira, Maria Alexandre, Noelma Viegas de Abreu.

O romance tem início com um sonho-pesadelo, sugerindo presságios de morte, no qual a poeta boia num mar em que a beleza paisagística mascara o veneno presente num ambiente cercado por medusas. Apesar de não ter amanhecido, Lídia do Carmo Ferreira acorda assustada e, ao olhar o relógio, notou que passara vinte minutos da meia-noite, o que significava a alforria de Angola das correntes portuguesas. No entanto, era uma noite tanto amarga para os derrotados quanto de euforia para os vencedores, mas Lídia não se encaixava em nenhum desses lados.

Nos capítulos seguintes, somos apresentados à árvore genealógica da família de Lídia do Carmo Ferreira, que possuía maior relação com a família paterna, justificada pela convivência com o bisavô. Nascida em 1928, na Chela, foi fruto de um amor desesperado entre um padre e Francisca Barbosa, que ficou sob tutela do bisavô Jacinto do Carmo Ferreira nas Ingombotas, com o qual mantinha relações estreitas.

Estudante do Colégio Dom Pedro II, Lúcia se destacava pela ciência precoce, marcada por suas habilidades literárias e escritas, além de noções desenvolvidas de aritmética e geometria, suas impressionantes declamações de poemas inteiros de São Francisco de Assis, conhecimentos sagrados da Bíblia e conjugações em latim os verbos mais obtusos.

Ciente do fascínio pela causa abolicionista, Lúcia percebe que sua vocação não estava na agricultura e decidiu-se inscrever em História. Em Berlim, Lúcia conseguiu um emprego numa editora além de ter conhecido um pintor brasileiro chamado Alberto Rosengarten, filiado ao Partido Comunista Brasileiro, um comunista afável e assíduo às festividades que se apaixonou à primeira vista pela angolana, com quem manteve um relacionamento marcado pela cumplicidade e logo se mudaram para Olinda.

Ao se inscrever em História, Lúcia aprende a lidar com a distância físico-espacial dela e o avô através de correspondências. Inicialmente, as cartas resumiam-se às notícias familiares, mas pouco a pouco se tornaram mais próximas, mais íntimas, cheias de nostalgia e de uma espécie de urgência que ela não sabia definir, mas depois entendeu que ele estava perto de morrer. Com a morte do avô, faltou-lhe o chão, sendo o mês de dezembro o mais nostálgico, pois, naquele sol ardente, ia à praia com as tias além do banho de mangueira com o velho Jacinto.

Após convocatória de Mário de Andrade, Lúcia retorna à Angola e se junta ao movimento organizado pelo amigo com Viriato da Cruz. Em 1962, o Partido Comunista Português, com o apoio soviético, libertou Agostinho Neto. Posteriormente eleito como representante do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), Neto era negro, filho de pastor protestante e possuía popularidade à zona de origem, calando assim as insinuações do movimento. Em seus atributos, pode ser adicionado a prisão em 1960, bem como o carisma internacional, a exemplo de abaixo-assinado exigindo a soltura dele do sistema carcerário. No entanto, a liderança de Neto despertou rivalidades, sobretudo com Viriato da Cruz. Assim, o motivo da destituição fora o fato da mestiçagem. Não obstante, o novo líder não queria encabeçar projetos políticos com a participação de Viriato.

Diante da ruptura irremediável, Lúcia regressou à Olinda e logo se deparou com o golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil, que a prendeu e posteriormente a fez exilada na Alemanha. Alberto Rosengarten teve um desfecho

trágico, o qual foi detido e morto. Em contrapartida, Viriato da Cruz havia se filiado ao FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e Mário de Andrade fora demitido do cargo de secretário de relações exteriores.

A ligação de Lília à revolução, ao povo e à Angola, além de inquietações após a morte de Viriato da Cruz, foi essencial para consolidar sua escrita. Apesar da ficcionalidade da poetisa, Agualusa atribui poemas escritos por ela, bem como referências às coletâneas, a exemplo dos lugares onde foram publicados, seguidos pela empresa responsável da editoração e o ano. Os primeiros lançamentos “O fogo que dorme” e “O sangue dos outros” foram veiculados em Coimbra pela editora Atenas, respectivamente em 1982 e 1988. O último “Um vasto silêncio”, marcando um sentimento de abandono e renúncia, designado em Luanda, foi organizado por “A Voz do Corvo” em 1992.

Regressa à Angola, Lília foi presa e interrogada, mas não sofreu torturas físicas. O status de leitora assídua rendeu-lhe momentos na biblioteca da penitenciária, pois o comandante era interessado pela literatura. Desse modo, nota-se que os presos políticos exerciam funções conforme as habilidades. Alguns cozinhavam e outros ensinavam sobre a literatura angolana, a exemplo do narrador, o que se tornou uma ponte para o contato com a poetisa.

Após a concessão da autonomia para escolher o país ao qual queria residir, ela opta por Portugal onde passa a lecionar a História da África na Universidade Clássica de Lisboa, além de atuar literariamente a partir da edição do novo livro. No entanto, Lília tinha de lidar com os intelectuais angolanos que a ignoravam; já os críticos amigos de África, que eram seus colegas e companheiros de luta durante os anos 1950, passavam por ela sem a reconhecer.

Essa experiência era nova para a poetisa, que fingia aceitar, pensando que mais prático que morrer é nunca ter existido, como visto no fragmento de “Um vasto silêncio”, em que ela estranha os desenrolares pós-prisão, ao mesmo tempo em que considera o fim de um ciclo, não consegue se desligar da sensação de pânico gerada pelos acontecimentos anteriores:

Voltar do fogo, regressar
a pouco e pouco
e como em fragmentos
primeiro o torso

a cabeça, depois os dedos
 que apalpam o ar
 em torno.
 Em pânico
 Logo os cabelos, a minha cabeleira
 juvenil
 Regressar do Fogo e por instantes
 Lúcida
 brevíssimos instantes.
 E regressar ao Fogo.
 (AGUALUSA, 2010, p.239)

Em setembro de 1992, o narrador faz a cobertura das eleições para um jornal diário de Lisboa, sendo a realização do primeiro ato eleitoral, livre e democrático, em que Lídia candidatava-se ao cargo de deputada independente pelo partido do amigo Zorro e demais companheiros da Organização Comunista de Angola. Esse momento, que representava possibilidades de construção de um novo país, sofreu incisivas derrotas a partir da retomada da Guerra Civil, conduzida a uma disputa desenfreada pelo poder, sendo enredados pelo meio urbano, assolando em ruínas ao território através da intensificação dos índices de pobreza e uma geração de meninos de rua, retratos das misérias ideológicas aos quais estavam condicionados.

A chegada de novembro de 1992 revisita o desaparecimento misterioso de Lídia, momentos antes do lançamento do livro. Anterior a esse acontecimento, o narrador mostra a poetisa reclusa no quarto no apartamento da sobrinha, onde escrevia as angústias em um cenário devastado de Angola, quase impossível de ser frequentado, sobretudo à noite. A historiadora se depara com a estiagem em uma estação de chuvas, o que a apavora, pois, quando essa tardiamente chega, não é suficiente para apagar o constante ódio disseminado através de gerações, mediante a reminiscência de identidades que convergem, causando desequilíbrios por toda Angola.

O último resquício que o leitor tem de Lídia do Carmo Ferreira consiste no fragmento de um texto inédito em posse de Paulete Ferreira, o qual metaforiza o desaparecimento da historiadora. À medida que somos esquecidos, deixamos de viver na memória daqueles que nos conheceram:

Estamos em ruínas, como estas casas. Falo de como estamos por dentro: de joelhos. Comidos pela lepra, o lodo, um imenso cansaço. A alguns é o ódio que os sustém. Outros nem isso: aguardam. Ao menos que venha o fogo e nos limpe até ao osso. Até à alma. Caminho por estas ruas e o que vejo são cadáveres. Estão todos mortos.

(...)

O que ficou de mim nesses lugares? Quem fui? Não foi nunca de ninguém. Nada de lugar algum me aguarda.

O meu coração está cheio de cansaço. Dorme na lama entre as flores. Morri e ninguém soube de nada” (AGUALUSA, 2010, p.337-339)

“E agora? Este país morreu”. A pergunta final do romance suscita respostas a respeito dos resultados do processo de colonização e da conquista da independência que aprisionou os angolanos a duros anos de lutas, prisões e torturas, em busca de julgar o lado certo e errado; se a assimilação era um crime irremediável dentro de um ambiente colonizado por séculos ou se o fato de ser nativo tornava-o mais negro que os demais. A homogeneidade não existe em sociedades, o que há é a hegemonia de determinado grupo, o que não deve desqualificar a minoria.

Ao reconstruir o passado angolano, os leitores são apresentados às tentativas de esquecimento dos percalços com vistas ao estabelecimento da sociedade independente. Desse modo, as imagens refletidas inicialmente são referentes à figura responsável pela República Popular de Angola. Essa interseção cruza discursos históricos sob um labirinto ficcional, ao qual se explora um viés literário sem haver um rompante fronteiriço da temporalidade múltipla e fragmentada, representando o resgate de memórias representativas de um conjunto de vozes silenciadas, assim o autor torna-se um mediador do passado.

O texto agualusiano reproduz um discurso antagônico aos anseios sociais, ao lembrar vozes que foram covardemente silenciadas tanto metaforicamente quanto literalmente, justamente no período em que eram mais clamadas, justificando a falta de informação e de documentos referentes aos eventos históricos recentes.

Além da memória, o romance promove discussões a respeito da construção artificial pelos europeus quanto à sociedade angolana em formação, resultando questões identitárias tanto nacionalistas quanto étnicas.

À medida que há personagens conscientes da noção do hibridismo, outros tentam apresentarem-se como puros, entre eles, “o colonizador de boa vontade”, ciente da luta pela independência, mas que arraigam-se ao papel de invasor. Destarte, cabe destacar esses angolanos como nascidos da miscigenação participavam de iniciativas culturais, até o limite que não infringiam os privilégios adquiridos pela classe a que pertenciam.

Nascida em 1928, Lúcia do Carmo Ferreira viveu em um contexto marcado pela ditadura do Estado Novo, que sofria transformações políticas sobretudo as formas do domínio colonial. O berço familiar dela estava enraizado politicamente aos movimentos em prol da Independência de Angola, a exemplo do avô César Augusto, morto em decorrência de uma conspiração nacionalista. Logo após a morte do filho, o bisavô da escritora, Jacinto buscou-a para morar com ele em Luanda, o que influenciou os posicionamentos assumidos pela poetisa, que cresceu ouvindo críticas ao regime, estuda na metrópole tal como os membros da elite luso-descendente e crioula.

Nos capítulos iniciais, observamos a tentativa de reconstituição do país, perante o passado cultural e político, sobretudo dos mais velhos, que sonhavam em reconquistar o passado angolano, com sonhos próprios tanto políticos quanto econômicos, buscando uma afirmação cultural projetados a partir da restauração do partido Pró-Angola.

Nesse ambiente propício às revoluções, a poesia surgiu entre os jovens, sendo um destino irreparável para um estudante angolano. Dentre os poetas surgidos ao decorrer do romance, está Viriato da Cruz, que apesar da falta de recursos financeiros e dos problemas respiratórios decorrentes da tuberculose, defendia a necessidade da redescoberta de Angola bem como do estudo do quimbundo, considerada a língua verdadeira. Guiado por essa sede de revolução, ele colecionava livros proibidos como os de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Erico Veríssimo, Manuel Bandeira, clássicos russos e neorrealistas portugueses.

Quando Lúcia partiu para Lisboa, para ser aluna de Agronomia, tornou-se amiga de Amílcar Cabral, futuro libertador de Guiné e de Mário Pinto de Andrade, que discutiam os filmes em cartaz e os livros proibidos e falavam da África.

Movido pela urgência de devolver ao homem negro a sua dignidade ofendida, Mário Pinto de Andrade propagava que os europeus apagaram da História todos os sinais da presença cultural dos negros na civilização ocidental, pior do que isso, pretendiam destruir todas as tradições, toda a nossa memória:

Mil povos e outras tantas línguas ganharam língua com tua fé vermelha
E já o fogo que te consome abrasa o deserto
E já a África se levanta, a Negra e a Morena, sua irmã.
A África fez-se aço branco, a África fez-se hóstia negra para que a Esperança viva para sempre. (AGUALUSA, 2010, p.83)

Durante o curso, Lídia decide escrever uma tese para apresentar na formação de licenciatura - que contrariou seus professores. Ela, todavia, os surpreendeu com os apontamentos que tinha recolhido ao longo de quatro anos. Um dos docentes, antigo ministro de Salazar atribuiu a essa pesquisa, como um trabalho inglorioso, que poderia dar margem a interpretações incômodas. Sabendo que Lídia era ultramarina, o professor sugere o desenvolvimento de estudos voltados aos descobrimentos, “as nossas espantosas aventuras marítimas”, sendo corrigido pela angolana, ao protelar que são “vossos”.

A poetisa criada por Agualusa consiste em um retrato da mulher culta e consciente da poesia como atividade interventiva, já que ela transcende a questão racial, enfatizando a cultura crioula, de modo a combater o imperialismo colonial. Com isso, a personagem manifesta o hibridismo, visto não só pela cor da pele, mas também pela formação histórica e cultural, representante de um elo entre dois mundos que se confrontam. Essa mestiçagem coloca a historiadora em uma zona fronteiriça, sobretudo por não se sentir pertencente a apenas um lado, o que provoca conflitos com o amigo Mário de Andrade, cobrando dela um posicionamento de total integridade às causas negras. Destarte, observamos a crise identitária da personagem como fruto da pressão cultural no seguinte trecho:

Já não sei quem fui, quem sou. Já não sei quanto de mim é,
não a vida, mas aquilo que, da vida, em algum livro, eu li.
(AGUALUSA, 2010, p.77)

A poetisa não sentia que fosse negra a sua poesia, pois os escritos não eram especialmente relacionados ao mundo negro, desse modo, incluía-se como escritora negra, mas não com a temática negra:

A verdade é que eu não me identifico com a negritude. Compreendo a negritude, estou solidária com os negros do mundo inteiro e gosto muito dos poemas de Senghor e dos contos de Diop, mas sinto que o nosso universo é outro. Tu, como eu ou o Viriato da Cruz, todos nós pertencemos a uma outra África; àquela mesma África que habita nas Antilhas, no Brasil, em Cabo Verde ou em São Tomé, uma mistura da África profunda e da velha Europa colonial. Pretender o contrário é uma fraude. (AGUALUSA, 2010, p.93-94)

Mário de Andrade garantiu que esses pensamentos de Lídia eram frutos da mistificação luso-tropicalista, o que a fez refletir sobre o assunto, constatando que o próprio senhor sofre da nostalgia do universo crioulo. Além disso, cabe destacar a desconfiança de Mário e Lídia quanto ao luandense, filho de portugueses e ativo no meio cultural, António Jacinto, estudante de filologia, já que os angolanos brancos gostavam de participar das iniciativas culturais, mas só até um certo ponto, e estavam raramente dispostos a prescindir dos seus privilégios de raça e de classe.

Apesar das desconfianças, os poemas de Jacinto eram interessantes, sobretudo o eletrizante “Monangambé”, que mostra o resultado do crescimento português através da exploração negra, assim Mário de Andrade decide incluí-lo no movimento literário para valorização da cultura negra angolana:

Naquela roça grande não tem chuva
 é o suor do meu rosto que rega as plantações
 Naquela roça grande tem café maduro
 e aquele vermelho-cereja
 são gotas do meu sangue feitas seiva.

Quem dá dinheiro para o patrão comprar
 máquinas, carros, senhoras
 e cabeças de pretos para os motores?
 Quem fez o branco prosperar,
 ter barriga grande – ter dinheiro?
 - Quem? (AGUALUSA, 2010, p.97)

Em 1954, Mário de Andrade informa à Lídia sobre a formação de um exército para libertar Angola, assim reúne-se com Amílcar Cabral, Viriato da Cruz e Hugo de Menezes e conseguem o apoio de China, Argélia e Conakry para a causa angolana.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) criado em Luanda por inspiração de Luanda afirmava-se e Mário era eleito secretário-geral. Enquanto isso, o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP) transformou-se no Movimento Anticolonial (MAC) depois em Frente Revolucionária Africana para Independência das Colônias Portuguesas (FRAINCP) e por último em Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Em assembleias lisboetas, Salazar ironizava as constantes mudanças de nomes, afirmando que eles eram poucos, mas mudam de nome para parecerem muitos.

Durante a guerrilha, a União dos Povos de Angola (UPA - posteriormente Frente Nacional para a Libertação de Angola) conseguiu apoio dos Estados Unidos, bem como dos setores da esquerda revolucionária, contrapondo ao MPLA, sendo forçado a radicalizar as posições. Destarte, a Guerra Fria (1947-1191) estremeceu fortemente as oposições dos movimentos pró-libertário de Angola, apadrinhando os grupos ideologicamente e belicamente. Desse modo, Holden Roberto denunciava o grupo rival como pertencente ao comunista enraizado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Apesar dos dois grupos ansiarem pelo mesmo objetivo, a independência, existiam convergências ideológicas que criavam conflitos, polarizando os movimentos. Na verdade, no próprio núcleo, já havia atritos, o que acentuava quando colocados em larga escala. Os dirigentes do FNLA definiam os integrantes do MPLA como filhos de colonos, mulatos e brancos, querendo usurpar o poder do país, insinuando origem pequeno-burguesa bem como a falta de elos para as causas camponesas, tornando-se assim argumento de Frantz Fanon para reprimir o movimento de direita.

Sob a liderança de Viriato da Cruz, o MPLA conseguiu apoio do Partido Comunista Português juntamente aos soviéticos para a libertação de Agostinho Neto em 1962. Posteriormente, a sua chegada despertou rivalidades sobretudo com o então líder. Aos atributos de Neto, estavam uma árvore genealógica negra, sendo filho de protestante além do carisma internacional, que influenciou para a soltura do sistema prisional. Já Viriato, era mestiço, o que deslegitimava o político perante o FNLA e aos próprios companheiros, levando a ser substituído por Agostinho, que destituiu o antigo companheiro, bem como dos defensores dele, no movimento.

Diante da ruptura irremediável, Lúcia regressou a Conakry e acompanhou pelas notícias a filiação de Viriato da Cruz ao FNLA, por conseguinte a demissão de Mário de Andrade do cargo de secretário de relações exteriores. Após essa fragmentação do MPLA, o romance introduz personagens fundamentais para compreender a resistência do movimento angolano e do desaparecimento de Lúcia do Carmo Ferreira.

Em uma das entrevistas feitas pelo narrador, conhecemos Carlos Umberlarti Miranda, conhecido pela alcunha de Zorro, um revolucionário e estudante de Economia em Lisboa, que se envolveu politicamente após o contato com as poesias de Lúcia bem como o apoio de professores. Posteriormente somos apresentados a

outro personagem, o Francisco Borja Neves, filho de um engenheiro do Caminho-de-Ferro, que sentia necessidade constante de justificar-se para assimilar-se como negro e para que os outros o aceitassem mesmo sendo mestiço.

Em contrapartida, Agualusa mostra a oposição, o FNLA (Frente À Liderança da Angola Independente) a partir do mercenário Ángel Martinez, que ingressou ao grupo de Holden Roberto após o anúncio de recrutamento militar, a fim de combater o imperialismo comunista na África. Designado a recuperar uma pasta com diamantes, deixada no norte de Angola, ele persegue os inimigos sem se importar com a vida dos aliados, o que lhe rendeu o fracasso da missão. Assim, ele foge assumindo a identidade de um morto para revidar as baixas, mas acaba se apaixonando por Paulete do Carmo Ferreira, a sobrinha de Lídia, o que o faz refletir a respeito das próprias ideologias.

Ángel Martinez, agora Pablo Vivo, viveu um tempo escondido com Paulete e suas amigas, Milagre das Rosas Mattoso Câmara (Lay) e Sabina Schwartz (Samy). As jovens atuavam em comitês de Amílcar Cabral, além disso, apresentavam-se contra os posicionamentos do MPLA, sob a justificativa de que o grupo havia se distanciado dos preceitos iniciais, subordinando-se à burguesia e ao imperialismo internacional. Desse modo, a solução existente consistia na criação de um movimento popular alternativo, que não tivesse receio de ser chamado de comunista.

Zorro e Borja Neves apresentavam pensamentos conflitantes, criando um clima tensional nesses encontros do OCA (Organização Comunista de Angola). Enquanto o primeiro discursava a respeito da condução dos escravocratas despossados, associados da velha aristocracia crioula, defendia aproximação para com a UNITA (União Nacional Para Independência Total de Angola), por considerá-los como único movimento de origem camponesa existente em Angola. O outro era contrário, já que existia uma posição desse grupo aos racistas sul-africanos. Essa revanche fez com que Neves denunciasse os companheiros. Desse modo, o narrador, Paulete, Lay, Samy, Zorro, Lídia e outros dois são presos por fazerem parte de um grupo de extrema-esquerda, oposição ao MPLA

A prisão pretendia parar os revolucionários, mas não era isso que acontecia, pois, o movimento se fortalecia visto a proximidade de presos políticos com os demais encarcerados. Nas celas, reuniam-se médicos, universitários, engenheiros, professores que dinamizam a partir dos seus saberes, verdadeiras aulas de vida.

Preso, Zorro resistia, silenciando-se ou confundindo os interrogadores, irritando-os, ficando à mira dos soldados. Durante o tempo em que ficou recluso, ele inventou a televisão, feita a partir de uma caixa de madeira com vidro à frente, assim os demais prisioneiros reproduziam notícias verdadeiras, mas depois começaram a inventar notícias breves e outras com maior impacto, visando um ambiente ficcional, a exemplo do atentado a Fidel Castro, sequestro do presidente estadunidense, o fim do Bloco de Leste e a queda do muro de Berlim. Essa invenção buscava materializar o desejo de que a verossimilhança tornasse real.

Passado um tempo, Lúcia do Carmo Ferreira é solta, mas sob a condição de ser monitorada. Assim, ela decide morar em Lisboa, onde exerce a profissão docente, a fim de ensinar a respeito da História da África. Contudo, a influência tida por ela acaba sendo ignorada conforme a aproximação do clímax de guerrilha.

Em setembro de 1992, ocorreram as primeiras eleições democráticas multipartidárias, nas quais tiveram a participação da OCA, inclusive Lúcia candidatava-se ao cargo de deputada independente pela coligação de Zorro. Durante as campanhas eleitorais, a UNITA já se posicionava, afirmando que caso a vitória fosse do grupo rival iriam tomar Luanda:

Vocês vivem aqui em Luanda, ouvem música americana, no Natal comem o bacalhau português, vão à praia aos domingos e pensam que isso é África. A verdadeira África está nos musseques, está no mato. Nós queremos devolver Angola ao mundo africano. Com eleições ou sem eleições, vamos tomar o poder. Os dirigentes do MPLA são fracos, passam o dia a beber e a fornicar. Em três dias nós tomamos Luanda, tomamos conta de Angola. (AGUALUSA, 2010, p.317)

O resultado, como previsto, foi favorável ao Movimento Popular de Libertação de Angola. Entretanto, os demais partidos rejeitaram essa vitória, reiniciando a guerra civil, que culminou na morte de milhares de apoiadores do partido de Savimbi pelas forças do MPLA, conhecido como Massacre do Dia das Bruxas.

O romance de Agualusa contextualiza uma reconstituição histórica e identitária de um determinado momento de Angola, a fim de destacar as atuações dos movimentos pró-independentista, seguidos dos efeitos produzidos, sempre marcado pela violência aos opositores. Portanto, o *status* pós-colonial não trouxe unanimidade quanto aos contornos políticos, visto a polarização do assimilado e do nativo, sendo atribuídos à mestiçagem, uma condição desfavorável por carregarem

sangue português, aspecto esse utilizado como elemento que tentava deslegitimar o movimento do MPLA, ao mesmo tempo em que cegava a UNITA e o FNLA a uma obsessão racial. Ademais, essa rivalidade era alimentada pela Guerra Fria disputada pelos Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que agiam indiretamente, contribuindo com os atritos ideológicos, marcados pelo capitalismo e socialismo, respectivamente.

O próprio MPLA ao ser confrontado pela liderança ser atribuída a um mestiço, na época Viriato da Cruz, acabou substituindo-o por Agostinho Neto, representando um rompante, fragmentando o movimento. Assim, surge a OCA, célula Viriato da Cruz reunia integrantes que eram frutos da fusão portuguesa e angolana, tal como Lúcia do Carmo Ferreira.

Diante da trajetória percorrida por Lúcia, produto da mestiçagem, ela não poderia e nem queria se desvencilhar das culturas que a criaram. Por conseguinte, a poetisa sabia que as lutas não deveriam ser desqualificadas sob condições da cor da pele ou onde a pessoa havia nascido. Outrossim, a historiadora ciente do imbricamento entre as fronteiras europeias, alegou que os melhores escritores angolanos são brancos ou mestiços, os melhores escritores sul-africanos são boéres e os melhores escritores do mundo são judeus, pois há urgência naquilo que eles escrevem; eles sofrem, estão doentes, escrevem porque precisam de saber quem são.

4.2 ANÁLISE DE ASPECTOS DA MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *O VENDEDOR DE PASSADOS*

Em um dos seus romances, intitulado “O vendedor de passados” (2018), Agualusa através dos seus personagens, busca satirizar aspectos políticos e sociais da Angola Independente a partir dos desenrolares da profissão de Félix Ventura, que consiste em criar passados aos seus clientes, trabalhando sob a premissa de montar árvores genealógicas para a elite angolana. Desse modo, o angolano utiliza da literatura, um elemento fundamental para criação de enredos dados aos clientes, como o misterioso José Buchmann.

Diante de um país com reflexos de uma guerra civil, a profissão de Félix Ventura surge como uma tentativa da nova burguesia silenciar o passado original

para uma versão que traga dignidade perante o *status* da posição social. Assim, o escritor angolano mostra através dos clientes do protagonista, os silenciamentos do passado colonial angolano com vistas à contemplação dos heróis que lutaram pela independência e pelo fim da Guerra Civil.

A partir da narração feita por uma osga-tigre, nomeado como Eulálio, animal de estimação de Félix Ventura, o leitor é apresentado às memórias da infância do albino que gostava de passear pela margem do riacho, corria entre as lavras de milho, perseguia coelhos e lançava garras ao mar. Esses momentos de confiança costumavam ser entoadas canções da cantora brasileira, “Dora, a cigarra”, que se encaixavam à temática das conversas, pontuando o passado como um lugar não distante, mas que ao acordar pode provocar uma desordem:

Nada passa, nada expira
 O passado é
 um rio que dorme
 e a memória, uma mentira
 multiforme.
 Dormem do rio as águas
 e em meu regaço dormem os dias
 dormem
 dormem as mágoas
 as agonias
 dormem.
 Nada passa, nada expira
 O passado é
 um rio adormecido
 parece morto, mal respira
 acorda-o e saltará
 num alarido. (AGUALUSA, 2018, p.12)

Nada do que Félix contava existiu, mas Eulálio invejava a vida dele e dedicava-se exclusivamente ao dono, o qual era um retrato de rejeição sofrido pela condição de albino, seja pela comunidade feminina ou pelos próprios conterrâneos, condenado a uma vida solitária, convivendo com o único amigo que vivia em sua casa.

A residência do albino era também o local do ofício em que as memórias individuais eram resgatadas a partir das memórias coletivas sob a imbricação de elementos relativos ao tempo, de modo a reestruturar o passado para justificar o presente. Desse modo, o cotidiano de Félix Ventura consistia em estudar jornais:

folheava-os e os assinalava com uma caneta de tinta lilás. Em seguida, recortava-os com cuidado e guardava num arquivo. Numa prateleira da biblioteca, havia dezenas desses materiais, enquanto na outra, ficavam as centenas de cassetes de vídeos. Ele gravava os noticiários, acontecimentos políticos importantes, tudo o que pudesse ser útil algum dia. Dessa forma, para facilitar a organização, as fitas cassetes eram organizadas por ordem alfabética, de acordo ao nome da personalidade ou do evento a que se referem.

A fama de Félix Ventura marcava-se pelo tráfico de memórias, que vendia secretamente o passado, solicitado por toda classe, sobretudo a burguesia, a exemplo de empresários, ministros, fazendeiros, camanguistas², generais. A esses, o futuro já estava assegurado, no entanto, necessitavam de um passado que ressoasse nobreza e cultura. Assim, Ventura traçava árvores genealógicas, editava fotografias e manipulava dados para que passassem por um novo “nascimento”. Ele criava os enredos por ofício e fabulava tanto, que se perdia em um labirinto das próprias fantasias.

Ao observarmos as memórias descritas no decorrer do romance, compreendemos o nosso condicionamento à seleção de fatos narrados, o que torna relativas às lembranças dos personagens. Sendo assim com o individual, a questão amplia-se ao coletivo, visto a inclusão de aspectos comuns ao grupo. Por conseguinte, a convenção desses aspectos relaciona-se aos angolanos, subordinados ao caráter volúvel da memória, sendo influenciadas por estruturas sociais que diante da hegemonia vigente, ditam sob premissas ideológicas.

A chegada de um cliente, um homem alto, distinto, nariz adunco, as maçãs do rosto salientes, bigode farto, curvo e lustroso dinamiza as intenções de Agualusa ao metaforizar a história do próprio país. Com o cartão de visitas, embalado pelo *slogan* “Assegure aos seus filhos um passado melhor”, dirigiu-se a Félix, apresentou-se como um repórter fotográfico, que procurava uma nova identidade e queria uma família prodigiosa, porém desejava um novo nome e de documentos nacionais, autênticos. Então, no período combinado, o estrangeiro retornou à casa de Ventura e se deparou com fotografias, um bilhete de identidade, passaporte, uma carta de condução, documentados no nome de José Buchmann, natural da Chibia, cinquenta e dois anos, um fotógrafo profissional, sustentados pela criação do albino:

²Traficante de diamantes.

A vida de São Pedro da Chibia, na província de Huíla, no sul do país, foi fundada em 1884 por colonos madeirenses, mas já por ali prosperavam, criando gado, cultivando a terra, e louvando a Deus pela graça de os ter feito nascer brancos em terra de pretos. Chefiava o clã o comandante Jacobus Botha. O seu lugar-tenente era um gigante ruivo e sombrio, Cornélio Buchmann, o qual casou, em 1898, com uma jovem madeirense, Marta Medeiros, de quem recebeu dois filhos. O mais velho, Pieter, morreu ainda criança. O mais novo, Mateus, foi um caçador de sul-africanos e ingleses que chegavam a Angola em busca de emoções fortes. Casou tarde, já passara dos cinquenta, com uma artista americana, Eva Miller, e teve um único filho: José Buchmann. (AGUALUSA, 2018, p.47)

A obsessão do cliente pela nova identidade faz com que ele se tornasse visita frequente na casa de Ventura. No entanto, apesar das mudanças sutis ou criações de passados, a memória será a mesma, como observamos no seguinte fragmento:

A única mutação que não muda é meu passado: o passado costuma ser estável, está sempre lá, belo ou terrível, e lá ficará para sempre (AGUALUSA, 2018, p.65)

Em contrapartida, às desconfianças da veracidade de José Buchmann, a namorada de Félix Ventura, Ângela Lúcia, também quase não comentava sobre si. Ela afirmava ter nascido em Luanda, era amante de viagens e fotografava os lugares que visitava, até que retornou ao país de origem.

Eulálio estranhava o fato de dois fotógrafos de guerra exilados terem aparecido simultaneamente. Em sonho com o estrangeiro, esse contestou o fato da mentira está implícita por toda parte, já que faz parte da natureza de quem mente. Portanto, a verdade é resultado da ambiguidade, uma fala pode ganhar proporções conforme a situação e quem a veicula e, assim, a deturpação da verdade pode conferir à mentira o *status* de veracidade, o que altera direta ou indiretamente a realidade.

Obcecado pelo desaparecimento de Eva Miller, José Buchmann refez o percurso da antiga moradia dela em Novo Cabo e descobriu um novo morador na casa em que ela residia, que não a conhecia, mas levou-o a um senhor que se lembrava da mãe fictícia e apresentava uma fotografia que reportava a morte dela. Esse homem em posse da imagem era Edmundo Barata dos Reis, responsável por matar a esposa e filha do estrangeiro, cuja identidade é revelada como Pedro Gouveia.

Norteadado pela sede de vingança, José Buchmann leva o antigo algoz à casa de Félix Ventura. Lá, tenta matá-lo, mas surpreendendo aos personagens presentes naquela sala, bem como aos leitores, Ângela atira contra o peito de Edmundo, revelando ser a filha do fotógrafo. Atônito pela revelação, o genealogista tenta ajudar a namorada, enterrando o corpo no quintal.

Diante da tragédia, Pedro Gouveia assume definitivamente a identidade como José Buchmann, enquanto Ângela Lúcia parte em uma viagem pelo mundo, a fim de se desvencilhar dos acontecimentos que nortearam a vida familiar, mas manteve o relacionamento com Félix Ventura.

No último sonho de Eulálio, nos deparamos com o reencontro de José Buchmann na Chibia, a partir do diálogo com a osga, descreve os cenários propostos pela identidade criada por Félix Ventura, possibilitando uma dualidade entre o passado e o presente inventado. Assim, o antigo Pedro Gouveia descreve a destruição física, moral e psicológica ao sair da cadeia em 1980, a tentativa de descobrir um novo propósito à vida além da relação mais próxima à Angola apesar de ter nascido em Lisboa:

Saí da cadeia em 1980. Estava destruído, completamente destruído – fisicamente, moralmente, psicologicamente. Edmundo foi comigo ao aeroporto, colocou-me num avião e enviou-me para Portugal. Eu nasci em Lisboa, sim, mas fui para Angola canuco, Portugal era o meu país, mas eu não me sentia português. Fiquei em Lisboa, dois ou três anos, a trabalhar num semáforo como revisor. Foi nessa altura, em contato com os fotógrafos do jornal, que me comecei a interessar pela fotografia. Tirei um curso rápido e parti para Paris. Dali fui para Berlim. Comecei a trabalhar como repórter fotográfico e durante anos, décadas, percorri o mundo, de guerra em guerra, tentando-me esquecer de mim. (AGUALUSA, 2018, p.193)

A vida de Pedro Gouveia era uma constante fuga, até descobrir que a filha dele estava viva, pois Edmundo havia contado que tanto a mãe quanto a menina foram assassinadas por ele. Ângela fora entregue à Marina, a irmã de Marta, quem cuidou como dela.

Apesar da vontade em conhecer a herdeira, sentia rancor e ódio contra aquele que destruiu a sua vida. Assim, surgiu a necessidade de criar uma nova identidade para que pudesse matar o seu algoz e se tornasse uma outra pessoa:

Regressei a Luanda e encontrei um cartão de visitas do nosso amigo Félix Ventura. “Dê aos seus filhos um passado melhor”. Foi então que tive a ideia de contratá-lo. Com outra identidade seria muito mais fácil circular pela cidade sem atrair suspeitas. Podia matar Edmundo e desaparecer depois. (AGUALUSA, 2018, p.193)

Através de José Buchmann, o leitor descobre mais a respeito do passado de Ângela Lúcia, que vivia com a tia, mas acreditava ser essa a mãe biológica. A irmã de Marta, Marina, cuidou da menina com o marido, mas a farsa dos dois como tentativa de proteger a sobrinha falhou, sendo descoberta pelas insinuações de uma colega da faculdade. Ciente da verdade, a jovem zangou-se com os pais de consideração, fugindo de Angola para Londres e posteriormente Nova York. Ao descobrir o gosto do pai pela fotografia, desenvolveu um interesse pela profissão, tornando-se nômade.

Após esse episódio, Félix é contratado por um homem de cabelo grisalho, cortado, rente, apresentado por uma linha tênue entre a nobreza e as rudimentaridades, que requisitava um passado simples para substituir a história inverossímil que norteava a vida daquele indivíduo, que alegava ter feito operação plástica sem consentimento, de modo que os amigos não o reconheciam ou fingiam acreditar:

(...) O que pretendo é que me consiga o contrário daquilo que habitualmente o contratam. Quero que me dê um passado humilde. Um nome sem brilho. (AGUALUSA, 2018, p.188)

A falta da osga, que havia falecido e as constantes viagens de Ângela Lúcia levaram à escrita do diário de Félix, pois sabia que não teria um ouvinte como o melhor amigo e provavelmente ele não apareceria nos sonhos:

A memória que me resta dele, aliás, parece-me cada vez mais, a cada hora que passa, com uma construção de areia. A memória de um sonho. (AGUALUSA, 2018, p.199)

A todo instante, Agualusa metaforiza Angola em seus personagens, ao mostrar o cenário caótico tanto estrutural quanto identitário em uma finda guerra civil que destruiu a vida de milhares de angolanos, visto a perseguição de opositores, transformando a sociedade em um radicalismo perigoso para democracia. Dentre as

vítimas desse regime político, estava a esposa de Pedro Gouveia que, torturada, não resistiu às atrocidades dessa guerrilha, mas a filha que gerou tornou-se um símbolo de esperança, de reconstrução de uma geração ciente da resistência presente em suas veias.

A tentativa de esquecer o passado ao assumir uma nova identidade representa tanto um silenciamento por parte da história do colonizador como uma essência negtivada em decorrência dos horrores testemunhados. Portanto, a profissão de Ventura assume um caráter apaziguador no que diz respeito ao futuro das gerações, no intuito de poupar os descendentes de uma posteridade livre das memórias marcadas pela desumanidade dos colonos. Assim, o albino promete a construção de um sonho, que se efetiva:

Vem-me à memória a imagem a preto e branco de Martin Luther King discursando à multidão: eu tive um sonho. Ele deveria ter dito antes: eu fiz um sonho. Há alguma diferença, pensando bem, entre ter um sonho e fazer um sonho. Eu fiz um sonho. (AGUALUSA, 2018, p.201)

A genealogia proposta consiste nas palavras do próprio Ventura, uma forma avançada de literatura, que significou uma libertação da alma, bem como uma falcatrua política, no tocante de modular informações com intenções de conseguir vantagens e glorificações conforme atuações de antepassados à construção da democracia, sendo uma crítica à história oficial.

A contemporaneidade angolana testemunha uma história construída por eles mesmos após décadas tentando conquistar autonomia. No entanto, a sociedade miscigenada busca encontrar uma rememoração contínua, porque esquecer é uma forma de silenciar o que foi vivido, como um mecanismo de fortalecer diante das sequelas deixadas pelo autoconhecimento do próprio país enquanto lutava pela independência e durante a Guerra Civil (1975-2002).

A escrita de Agualusa brinca com as informações ditas pelos personagens, rompendo fronteiras entre o real e o fictício, o que deixa ao leitor o sabor da dúvida diante das composições tão minuciosas que tonalizam uma veracidade às memórias citadas. Assim, a identidade mantém uma relação indissociável, o que não provoca estranheza ao observamos a usurpação de Pedro Gouveia, tornando-se outro indivíduo, José Buchmann, que vive tão intensamente a invenção do passado que,

inconscientemente, assume características repassadas por Félix Ventura. Destarte, podemos concluir a partir dessa premissa, a metáfora à Angola pós-independência, a fim de se reinventar à custa de silenciar o vivido durante a colonização.

O dilema entre o resgate das memórias para fortalecer a identidade e o esquecer para desvencilhar das atrocidades acomete uma linha tênue dos angolanos no que diz respeito à identidade nacional. Assim, o romance agualusiano mostra as acepções da imagem do colonizador que induziram a supressão de culturas de matrizes africanas, superiorizando as tradições europeias, enraizando-se gradualmente ao cotidiano dos nativos, perpassando às gerações posteriores e criando um elo com os portugueses. Destarte, esse hibridismo culminou em constantes desavenças internas ao questionar o quão negro seria um assimilado, o que levou a atritos quanto à constituição identitária da nação angolana.

O romance agualusiano *O vendedor de passados* apresenta uma sátira política através da profissão exercida pelo protagonista, que comercializa árvores genealógicas, modificando em tese a ancestralidade dos clientes, que desejam dignificar o presente a partir do falseamento do passado. O trabalho de Félix exigia rigor e era arriscado, mas a recompensa poderia ajudá-lo com uma estadia provisória em Nova Iorque, ou ainda visitas aos alfarrabistas em Lisboa bem como gafieiras e rodas de samba no Rio.

A profissão de Fausto Ventura foi dada pela distração, pois nunca trabalhara e passeava pelos malembe-malembe cumprimentando amigos e vizinhos, jogava cartas e contava casos. Enquanto isso, o filho era educado por um velho professor, Gaspar, docente dos primeiros anos do liceu, esse comovido com certos vocábulos, procurava resgatá-los através da insistência e persistência.

Diante de um cabedal literário riquíssimo, destaca-se o seguinte fragmento, o qual Félix é refutado a despeito da cor por um cliente, observamos dois aspectos antagonistas, a questão do tráfico de passados não ser considerado uma fraude, mas uma fabricação dos sonhos, o que viabiliza ao personagem solicitar um passado diferente para silenciar traumas que o cercam.

-Branco, eu?! – o albino engasgou-se. Tirou um lenço do bolso e enxugou a testa:- Não, não! Sou negro. Sou negro puro. Sou um autóctone. Não está a ver que sou negro?... (p.25-26)

O narrador, a osga-tigre, apresenta uma personagem, a Velha Esperança, uma senhora responsável pela limpeza do local, levando às vezes, um dos netos para lhe fazer companhia. Ela não sabia ler, mas era atenta aos acontecimentos do país, considerando a vida um estado de embriaguez, da qual estava convencida de que nunca morreria. Essa crença decorria do massacre em 1992, onde a senhora, ao ir à casa de um dirigente da oposição em busca da carta do filho mais novo, que servia em Huambo, deparou-se com um forte tiroteio.

A personagem assim como os demais representa uma metáfora de Angola, mostrando as diferentes perspectivas sob a questão identitária. Desse modo, Agualusa ao apresentar a Velha Esperança, utiliza-a como símbolo das tradições do país, sobretudo da cultura oralizada, constituindo um pilar que sustenta a casa de Félix Ventura, o berço angolano. Portanto, o tratamento materno estabelecido pelo albino à empregada, expõe o tratamento respeitoso às memórias dos mais velhos, que são também a do povo através da perpetuação das histórias perpassadas pelos antepassados, e que ao serem transmitidos aos mais jovens, torna-se uma forma de manter viva as tradições orais. Por conseguinte, mesmo que a vida pereça, a memória não irá morrer, já que a futura geração será encarregada de manter essa sabedoria.

O aparecimento de um estrangeiro é a peça-chave para o desenlace do enredo, já que as solicitações não apresentavam nenhuma justificativa. Na verdade, o personagem buscava uma nova identidade, mas sem expor nenhum vestígio do passado, inclusive o nome real. Mesmo intrigado, Félix Ventura teceu os mínimos detalhes da vida nova, marcada pela fotografia de guerra, no entanto, esse trabalho minucioso foi o estopim para uma obsessão com os parentes ficcionais, na tentativa de apoderar-se do que foi criado.

Assim, a osga-tigre notou as transformações de José Buchmann, com padrões coloridos de roupas bem como a gargalhada larga e a alegre insolência dos naturais angolanos:

José Buchmann não é José Buchmann, e sim um estrangeiro a imitar José Buchmann. Porém, se fechar os olhos para o passado, se o vir agora, como se nunca o tivesse visto antes, não há como não acreditar nele – aquele homem foi José Buchmann a vida inteira. (p.72)

Além do anseio em esquecer os sofrimentos da antiga identidade como Pedro Gouveia, o estrangeiro desejava vingar-se do assassino da esposa, a fim de assinalar de vez uma nova vida. Desse modo, ao reencontrar Edmundo Barata dos Reis, o ex-agente de Segurança do Estado, José Buchmann tenta matá-lo, no entanto, acaba falhando.

Barata dos Reis foi aluno de Gaspar no liceu Salvador Correia numa época em que os negros eram minoria. Tornou-se funcionário dos serviços meteorológicos, mas nos anos setenta foi preso sob acusação de tentar estabelecer uma rede bombista. Com a soltura, vivenciou um pós-independência, que o desagradou, o que levou a morar por dois anos em Havana, nove meses em Berlim, outros seis em Moscou, para enfim retornar à trincheira firme do socialismo na África. Considerado um estorvo ideológico, ele orgulhava-se do caráter comunista e marxista-leninista assim como da camiseta do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que vestia sempre, ainda que a versão oficial do país tentasse mascarar o passado socialista.

Para Félix Ventura, aquele mendigo era o retrato do caos, que emergia de momentos que transcendiam a guerra vivida por ruas em escombros, pelos descasos com os musseques, que matavam internamente os civis, deixando sequelas ao psicológico dos sobreviventes.

Edmundo Barata dos Reis admitiu lembrar-se da vítima ainda grávida, a jovem Marta Martinho, a esposa de Pedro Gouveia:

Fizemos o que havia a fazer. Quando uma laranja apodrece tiramo-la do cesto e deitamo-la no caixote de lixo. Se não a deitarmos fora, todas as outras apodrecem. Deita-se fora uma laranja, deitam-se fora duas ou três, e salvam-se as restantes. Foi o que fizemos. Ela aguentou dois dias. Às tantas pariu, ali mesmo, uma menina, assim, deste tamanho, sangue, sangue, quando penso nisso o que vejo é sangue. O Mabeco, um mulato lá do Sul, cortou o cordão com um canivete e depois acendeu um cigarro e começou a torturar o bebê, queimando-a nas costas e no peito. Ainda hoje, quando me deito e adormeço, sinto aquele cheiro, ouço o choro da criança (p.178-179)

Pedro Gouveia não desfere o tiro mortal ao algoz, mas sim Ângela que revela ser a filha torturada de Marta Martinho, marcada por uma série de cicatrizes redondas, escuras, que se destacam, como ofensas, do veludo dourado da pele bem como nos seios e no ventre. Apesar do estigma de assassina, a personagem

representa a esperança após ter sido torturada quando nasceu, tendo crescido sob os cuidados da tia, a quem acreditava ser a mãe biológica. Ao descobrir a verdade envolvendo a família, a jovem torna-se fotógrafa a exemplo do pai, viajando o país à procura de luzes que devem ser capturadas por sua câmera. Não obstante, busca traçar um caminho diferente de Pedro Gouveia ao negar em reviver momentos trágicos, visto que escolhe uma perspectiva que descontinue as acepções negativas.

Além da esperança, Ângela nutre um sentimento amoroso por Félix Ventura, sendo recíproco. Essa nova realidade vai à contramão da rejeição que o público feminino tem para com o albino. É por intermédio dessa relação, que a fotógrafa conhece o pai biológico, o que suscita os acontecimentos trágicos.

Ainda que haja uma centralização voltada ao personagem José Buchmann, ele não é o único cliente mostrado no romance. Desse modo, destaca-se a criação genealógica feita por Félix Ventura a um ministro, que motivado por questões políticas, deseja alterar o passado, na tentativa de adquirir *status* dignificado pelas lutas anticolonialistas, tornando-o descendente de um ilustre carioca que em 1648 libertou Luanda do domínio holandês, Salvador Correia.

Assombrado, o ministro decide reconstituir a honra de Salvador Correia, sob a alegação do nome do liceu ser atribuído ao do libertador de Angola como gratidão pelos atos patrióticos, um importante combatente internacionalista do país irmão, um afro-descendente que deu origem a uma das mais importantes famílias da nação angolense. Além de escrever um livro intitulado *A vida verdadeira de um combatente*, sendo um volume de memórias, na verdade, escrito pelo albino, que costuraria a realidade com a ficção, tendo em vista as adequações discutidas por ambos, de modo a respeitar datas e fatos históricos. Desse modo, o cliente de Ventura, ciente de que a falsidade também auxilia na composição da verossimilhança, convence que a estória construída conferirá à história do país outra consistência, a ser utilizada como basilar para estudos posteriores acerca da libertação nacional bem como dos anos conturbados da Guerra Civil.

O retrato contemporâneo angolano permeia pelas ruínas deixadas pela guerra civil, no qual os indivíduos vivenciaram episódios violentos, que ceifaram a vida de milhares de pessoas, incluindo a Marta Martinho, vítima de um período marcado pela perseguição aos opositores. À medida que existem os mártires, também restam os sobreviventes, que lutam para esquecer as crueldades vistas, a exemplo de José

Buchmann, que busca assumir uma nova identidade, que permita desvencilhá-lo daquela realidade testemunhada por décadas. Desse modo, o antigo Pedro Gouveia adota a vida construída por Félix Ventura, e passa a viver conforme as mentiras, creditando verdade conforme a crença na invenção.

Em consonância a reconstrução do país, a incerteza predomina a todo instante ao conviver com as sombras da colonização que vigem o contexto linguístico, cultural e religioso, o que marca um conflito entre os assimilados e os nativos. Destarte, o romance discute questões identitárias e voltadas à memória ao questionar as influências comportamentais movidas pela veracidade e ficcionalidade.

Nessa linha tênue, Agualusa mostra a loucura como uma alternativa para manter a lucidez perante os horrores que aterrorizaram durante décadas. Assim, a identidade tornou-se pauta frequentemente abordada pelos literatos, como visto pelo elo entre a profissão de Félix Ventura à literatura, já que essa é uma forma de ascender à mentira um *status* social, assim, a criação de enredo transcende a ficção, sendo atirados à realidade. E, ainda, acrescentam-se as disparidades entre a ditadura e a democracia, a primeira destaca pela existência de apenas uma verdade, a imposta pelo poder, já nos países livres, as pessoas podem defender a versão que lhes convém.

Ao satirizar aspectos sociais e históricos, Agualusa constrói a partir da metaliteratura uma ficção que se mistura à realidade do país através da tentativa de apagar o passado herdado da colonização portuguesa, de modo a silenciar elementos de caráter político, para então expor apenas a glória. Portanto, a identidade é indissociável da memória, já que esta modula a base dos pensamentos individuais, enraizadas por preceitos hegemônicos, que precisam ser questionados. Destarte, as noções de lembrar e esquecer ditam as influências do passado bem como do diálogo com a verdade ou o que funciona como verídico. Assim, a identidade necessita das nossas lembranças, individuais e coletivas, pois a partir destas, constitui-se o sentimento de pertencimento e reconstrução de si.

5 CONCLUSÃO

A literatura é um elo comunicativo, o que nos possibilita contato com realidades diferentes da nossa. Desse modo, ao nos depararmos com a escrita africana, devemos considerar a imbricação de elementos históricos, já que esse caracterizou como um movimento de resistência, sobretudo para desvencilhar do processo de colonização e dos consequentes efeitos dessa dominação.

O primeiro contato com a literatura angolana, ainda no Ensino Médio, trouxe-me a noção de maior êxito em compreender determinados posicionamentos, pois não tinha as informações de hoje sobre o contexto do período retratado. Não obstante, o romance instiga a curiosidade do leitor, para que vá atrás de dados e não se deixar prender a apenas uma versão.

Ao lermos os romances de Agualusa, ainda que intencionalmente, podemos traçar sequências cronológicas conforme os cenários descritos, a exemplo da escolha de *Estação das Chuvas* e *O vendedor de passados*. Na primeira parte do *corpus* literário, o leitor encara através de uma biografia ficcional, o lado obscuro do processo de independência, que se atrelam diretamente a deflagração da Guerra Civil (1975-2002). Enquanto isso, a segunda parte direciona a contemporaneidade a partir da metáforização do silenciamento de memórias como tentativa de esquecer os horrores vivenciados pelas guerrilhas mediante a construção de novas árvores genealógicas.

Sob a premissa de analisar a memória e a identidade nos romances, observamos a indissociabilidade desses elementos, tendo em vista a construção do que somos mediante o que vivemos e aprendemos, moldando o caráter individual e os vínculos sociais.

A biografia de Lídia do Carmo Ferreira mostra o nascimento da jovem no início da vigência ditatorial comandada por António Salazar em Portugal, que incidiu diretamente nas colônias ou províncias ultramarinas portuguesas na África. Fruto da miscigenação de uma nativa com um português, a resistência estava no sangue paterno da personagem, diante do histórico de lutas anticolonialistas travadas pelo bisavô Jacinto do Carmo Ferreira. Ciente do elo entre esses expoentes, a historiadora manifesta essa dualidade através dos poemas e também dos posicionamentos assumidos com a filiação ao MPLA, nos quais preferia abster-se da liderança, já que não era autóctone.

Apesar de não ser a figura central do movimento, a militante inspirou jovens a engajarem às causas políticas, representando ameaça aos opositores que a prenderam. No entanto, o *status* de cárcere não foi suficiente para silenciar os poemas da angolana que, na cela, fazia reuniões que se tornaram verdadeiras aulas de história.

Sem escolher um dos lados, a memória de Lídia foi se fragmentando e perdendo espaço conforme avançava a Guerra Civil (1975-2002). O período sangrento alterou a geografia local, transformando os *musseques* em ruínas além de uma verdadeira caça às bruxas após eleições democráticas, que tiveram os resultados inconsonantes aos ideais opositores, que abriram fogo aos adversários.

Em uma sequência indireta, *O vendedor de passados* explora essas tentativas de esquecimento e reconstrução a partir da profissão de Félix Ventura, um genealogista que constrói passados gloriosos aos corruptos ou ameniza o sofrimento de civis, que desejam uma nova identidade para desvencilhar dos horrores vivenciados, através do falseamento de memórias.

No decorrer desse romance, somos apresentados a personagens que remetem a simbolismos da sociedade angolana. Assim, a figura do idoso reflete as tradições orais que vivem confiantes na preservação das memórias, visto no trocadilho do nome *Velha Esperança*. Já José Buchmann apresenta-se como uma nova identidade construída com memórias inventadas, desprendendo-se dos momentos vividos durante a Guerra Civil, no intuito de manter a sanidade diante de uma sociedade ensandecida pelas ruínas identitárias assoladas por frágeis tentativas de armistício.

A sociedade contemporânea de Angola reconstrói-se gradativamente à medida que estabiliza a efetivação da democracia, ainda intermitente pela constância dos acirramentos políticos entre adversários. Em consonância à independência conquistada, a literatura busca retratar a realidade mediante elementos fictícios, com o intuito de dinamizar as vozes sociais, constituindo uma importante ferramenta para denunciar os descontentamentos quanto aos aspectos individuais e coletivos no que dizem respeito aos angolanos.

Diante do meu papel como futura educadora e pesquisadora de Literatura Africana, pretendo contribuir para o desenvolvimento de objetos de estudos voltados tanto para a academia quanto para a educação básica, a fim de reiterar a importância da consciência negra além da data designada, estendendo à

intertextualidade literária, histórica, geográfica e sociológica referente pelos literatos angolanos. Essa literatura que, segundo José Eduardo Agualusa, é um agente de transformação social, destarte, “em tempos de construção de muros, os livros são nossas pontes” (autor/data) para a construção de diálogos.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. **Estação das chuvas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.

AGUALUSA, José Eduardo. **O vendedor de passados**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 2.ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1990.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano**. São Paulo: Coleção Via Atlântica, nº 1, 1999.

CHAVES, R. O PASSADO PRESENTE NA LITERATURA AFRICANA. **Via Atlântica**, [S. l.], n. 7, p. 147-161, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49794>. Acesso em: 1 jun. 2021.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia e VECCHIA, Rejane. (orgs.) **A kinda e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nzila, 2007.

COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tânia F. **Literatura comparada: textos fundadores** - Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R.; GONDAR, Jô (Org.). **Por que memória social?**. — Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

EVERDOSA, Carlos. **A Literatura Angolana**. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1963.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. **PANORAMA DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2012**. Disponível em: http://www4.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121019162329.pdf. Acesso em: 07.ago.2019.

GONDAR, Jô. “Quatro Proposições sobre Memória Social”. in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva e memória social**. Rio de Janeiro: Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 08, número 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACÊDO, Tania. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo: Editora Unesp; Luanda (Angola): Nzila, 2008 (240 p.).

PERRONE-MOISÉS, Leyla. "Literatura comparada, intertexto e antropofagia." In: **Flores da escrivantina: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. **As literaturas africanas de língua portuguesa: um percurso de cantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Vernaculum, v.3, n.3, 2011.

VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.